

## **INTERNACIONALISMO E REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA: AS TRANSAÇÕES DE CÚPULA DA INTERNACIONAL SOCIALISTA E AS CONEXÕES ENTRE BRASIL E PORTUGAL EM 1976**

**Internationalism and the Brazilian redemocratization: the leading transactions of the Socialist International and the connections between Brazil and Portugal in 1976**

**Reinaldo Lindolfo Lohn<sup>a</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0002-7902-2733>

E-mail: [reilohn@gmail.com](mailto:reilohn@gmail.com)

<sup>a</sup> Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,  
Departamento de História, Florianópolis, SC, Brasil

**DOSSIÊ**  
**Internacionalismo e história global**

## RESUMO

Ao longo de 1976, os contatos entre grupos políticos de diferentes países da América Latina e da Europa encetaram a constituição de uma linguagem comum proporcionada pela organização Internacional Socialista. O presente texto objetiva identificar e analisar as relações entre agentes da oposição ao regime ditatorial brasileiro com a Internacional Socialista e os debates então suscitados em torno da possível criação de uma organização partidária aos moldes dos integrantes daquela entidade. Setores das oposições brasileiras buscaram as conexões internacionais como forma de intervenção política e encontraram na atuação do governo de Portugal que emergiu dos desdobramentos da Revolução dos Cravos os meios para dar contornos transnacionais às suas iniciativas com vistas à reorganização de partidos políticos. Por meio da investigação em veículos de imprensa de ambos os países, bem como de documentos que evidenciam a preocupação de agentes da ditadura com o processo, é possível explorar a perspectiva da conectividade das negociações e os fluxos de ideias e representações políticas que atravessavam as fronteiras nacionais. Foi então praticado um internacionalismo de cúpulas dirigentes que, contornando governos, pretendeu influenciar a abertura política no Brasil.

## PALAVRAS-CHAVE

Internacionalismo. Redemocratização. Conexões internacionais.

## ABSTRACT

During 1976, contacts between political groups from different countries in Latin America and Europe began to establish a common language provided by the Socialist International organization. The social-democratic organization turned to the Latin American continent while the profusion of dictatorships led the opposition forces to seek international connections as a form of action. Sectors of the Brazilian oppositions sought international connections as a form of political intervention and found in the work of the government of Portugal that emerged from the developments of the Carnation Revolution the means to give transnational contours to its initiatives with the aim of reorganizing the political parties. Through research in media outlets from both countries, as well as documents that show the concern of dictatorship agents with the process, it is possible to explore the perspective of the connectivity of negotiations and flows of ideas and political representations that crossed over national borders. This resulted in a leading internationalism that, bypassing governments, intended to influence the political openness in Brazil.

## KEYWORDS

Internationalism. Redemocratization. International connections.

**E**ste texto enfoca as conexões internacionais do processo de transição da ditadura militar brasileira para um regime institucionalmente aberto e comandado por civis, iniciado na segunda metade da década de 1970. Geralmente circunscritos às fronteiras nacionais, os processos políticos contemporâneos passaram a ser visibilizados de forma mais ampla e complexa na medida em que a variação de escalas espaciais e fluxos internacionais levou à compreensão de que agentes e instituições situados em diferentes países participam da mediação dos debates públicos. Para tanto, vale-se aqui da perspectiva da conectividade presente nos processos históricos. Assim, cabe procurar ampliar as abordagens historiográficas para além da fragmentação e do isolamento nacionais, sendo que estruturas sociais, como as políticas, não devem ser consideradas entidades autônomas e dependem de interações que pressupõem conexões e possibilitam integrações (CONRAD, 2016, p. 102). A partir daí, é possível esboçar alguns dos delineamentos que organizaram o cenário político e as opções das organizações partidárias que estavam sendo formadas no Brasil ainda durante a ditadura militar (1964-1985). Toma-se aqui o caso das relações entre agentes da oposição ao regime ditatorial brasileiro com a Internacional Socialista em 1976 e os debates então suscitados em torno da possível criação de uma organização partidária aos moldes dos integrantes daquela entidade, a qual se pretendia uma rede transnacional de partidos progressistas moderados.

Para tanto, dado que se trata de tema esquivo e com características amplas, foi explorado um conjunto variado de documentos, do qual pequena uma parte aparece citada ao longo da narrativa. A base da investigação é o material publicado por periódicos de Brasil e Portugal ao longo daquele ano. Em especial, citamos o semanário brasileiro *Opinião*, além dos jornais portugueses *A Capital*, *Expresso* e *O Diário*, localizados na Hemeroteca Municipal de Lisboa. Também foram levantadas as resoluções dos eventos da Internacional Socialistas realizados em 1976 e publicadas pela revista *Nueva Sociedad*, da Fundação Friedrich Ebert, bem como jornais diários brasileiros de grande circulação, em especial *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo*. Outra documentação investigada diz respeito aos relatórios do Centro de Informações do Exterior (Ciex), órgão do Serviço Nacional de Informações (SNI) que atuava no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, os quais demonstram a preocupação do regime em vigiar as conexões internacionais aqui investigadas.

O processo de distensão anunciado pela ditadura militar brasileira estabeleceu um horizonte em que as formações partidárias poderiam voltar a ter funcionamento legal. Em um período de poucos anos, diferentes iniciativas foram delineadas para as recomposições políticas, sendo que a perspectiva internacional não esteve ausente das discussões. Em particular, pretendem-se observar as conexões com organizações e figuras políticas europeias, sobretudo de Portugal, país onde àquela altura, após um período revolucionário, o governo denominado de socialista atuava numa espécie de diplomacia paralela por meio da Internacional Socialista, procurando contatos com a América Latina e a África. Cabe procurar situar tais processos em um contexto mais amplo que permita, inclusive, propor o avanço da discussão para uma perspectiva transnacional.

## UMA REUNIÃO EM CARACAS

Em maio de 1976, entre os dias 22 e 25, ocorreu em Caracas, na Venezuela, uma reunião de dirigentes políticos da Europa e da América Latina com vistas ao que



foi chamado de Solidariedade Democrática Internacional. O evento foi realizado sob o patrocínio e os auspícios do partido venezuelano Acción Democrática, então no poder no país, com Carlos Andrés Pérez, bem como do Partido Social-Democrata da Alemanha Ocidental (SPD), sob a liderança do ex-chefe de governo daquele país, Willy Brandt. Apesar de não ser formalmente um evento da Internacional Socialista, o dirigente alemão era a figura de proa da organização, a qual remontava, numa trajetória tortuosa, à chamada Segunda Internacional Socialista e Operária, fundada em 1889 e dissolvida no início da Primeira Guerra Mundial. Depois de reorganizada em caráter mais restrito por alguns partidos social-democratas europeus, existiu até 1940. Foi em 1951, finalmente, que os principais partidos que fizeram parte da experiência anterior refundaram a entidade sob o nome que mantém até os dias atuais. Segundo Fernando Pedrosa (2013), o agrupamento internacional tinha forte caráter eurocêntrico. O único organismo latino-americano nos primeiros anos da entidade foi o Partido Socialista do Uruguai e, posteriormente, seu congênere argentino. A entidade se mantinha sob o domínio geopolítico dos Estados Unidos nos primeiros anos da chamada Guerra Fria, apontando para uma possível expansão de suas relações para a Ásia. O alinhamento quase automático com as políticas norte-americanas afastava a Internacional Socialista da América Latina, afora a criação de um tímido secretariado voltado para o continente.

A partir de janeiro de 1964, o secretariado passou a organizar-se sob a forma de um Bureau Coordenador da Internacional Socialista na América Latina (ROJAS, 2006, p. 55), desativado em 1970. Depois de cinco anos, a liderança da entidade passou a Willy Brandt, quando uma nova e intensa dinâmica voltada para a América Latina foi desenvolvida. Por meio da Fundação Friedrich Ebert, os social-democratas alemães estabeleciam contatos com setores intelectuais e políticos latino-americanos, o que incluiu a criação da revista *Nueva Sociedad*, em 1972, além do *Centro de Estudios Democráticos de América Latina* (Cedal), fundado em 1968, na Costa Rica, e do *Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales* (Ildis), estabelecido na Venezuela, em 1973. Nessa época, os êxitos eleitorais de políticos socialistas e social-democratas moderados levaram a Internacional Socialista a ter entre seus membros mais de uma dezena de primeiros-ministros e quase 20 partidos integrantes de coalizões governamentais (*Opinião*, 18-25 dez. 1972, p. 16). Os encontros e congressos promovidos pela organização despertavam interesse da grande imprensa ocidental e, por vezes, levavam a conversações que tinham impacto nas relações diplomáticas. Isso provocava desconfortos, pois governantes estrangeiros emitiam opiniões sobre processos políticos internos de diferentes países, o que sugeria ingerências indevidas. A entidade, formada sob a perspectiva do internacionalismo do movimento operário, se tornara cada vez mais formal e voltada a cúpulas dirigentes. Nesse internacionalismo elitista, quem mais se destacou foi Willy Brandt, detentor do Prêmio Nobel da Paz em 1971.

Após ter deixado o posto de chefe do governo alemão ocidental, Brandt assumiu a liderança da Internacional Socialista a partir de 1976 e a transformou em um fórum por meio do qual pretendia se manter influente nos debates transatlânticos, incluindo a América Latina e a África. Sob o impulso do austríaco Bruno Kreisky e do sueco Olof Palme, Brandt intensificou as conexões internacionais entre os partidos da entidade, contando ainda, àquela altura, com o destaque que assumia a liderança do português Mário Soares.

O evento em Caracas fez parte de uma ofensiva política de engajamento com o chamado Terceiro Mundo que incluía um discurso pacifista e de defesa dos direitos



humanos e relações mais justas entre países ricos e subdesenvolvidos. A estratégia perseguia a expansão internacional da organização, agregando um maior número de partidos muito diversos, a maior parte situada no âmbito de centro-esquerda não marxista e em forte oposição aos comunistas. Uma expressão muito usual nas falas dos principais líderes passou a ser o chamamento ao “socialismo democrático”, procurando assegurar um amplo âmbito ideológico, sem grande consistência teórica, de modo a evitar tensões internas que prejudicassem a expansão de uma rede transnacional de partidos bastante diversa.

Para Michael Löwy (1981), o súbito interesse pela América Latina correspondia a estratégias do capitalismo europeu em concorrência com os interesses norte-americanos no continente. No âmbito da crise do petróleo de 1973, tornou-se indispensável a governos social-democratas europeus aprofundar o diálogo com países do chamado Terceiro Mundo, como fontes potenciais de ofertas do insumo energético. Isso tinha como contrapartida posições renovadas de governos locais que pretendiam depender menos de investimentos dos Estados Unidos, diversificando suas alternativas. Tal assertiva é confirmada por Petras e Morley (1990, p. 68-70), que observam um processo de disputas levado adiante por países como a Alemanha no sentido de utilizar agências com ênfase econômica e social, como parte de uma estratégia de expansão de capitais menos focada em ajuda militar.

Além dos nomes mencionados antes, estiveram em Caracas o primeiro-ministro dinamarquês Anker Jorgensen, o trabalhista britânico John Silkin e os socialistas Betino Craxi, da Itália, Michel Rocard, da França, e Felipe González, da Espanha. Os europeus da Internacional Socialista encontraram em Caracas, além dos venezuelanos, os socialistas chilenos, liderados por Aniceto Rodríguez, que recebiam a solidariedade internacional em função do golpe que depôs Salvador Allende, em 1973. Cabe mencionar que o suporte da Internacional Socialista chegava com atraso, dado que, ao longo do governo Allende, os social-democratas europeus mantiveram distância da experiência da Unidade Popular, contrários à presença de comunistas na frente governamental (MESCHKAT, 1981). Por outro lado, o fim dramático do governo Allende apenas serviria para que os integrantes da organização reforçassem seus pontos de vista quanto às rupturas que consideravam perigosas ao processo democrático. Em particular, o próprio Willy Brandt procurou manter distância do governo Allende e solidarizou-se com os democratas chilenos somente depois do golpe (INSULZA, 1981).

Os latino-americanos tinham ainda como interlocutores o peruano Victor Raúl Haya de La Torre, da Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra); o mexicano Porfirio Muñoz, do Partido Revolucionário Institucional (PRI); o chileno Anselmo Sule, do Partido Radical (PR); e o argentino Ricardo Balbín, da União Cívica Radical (UCR), entre outros. Um indício dos delineamentos políticos bastante limitados firmados no encontro teria sido o constrangimento causado pelo representante da Jamaica, Dudley Thompson, ministro das relações exteriores daquele país, que teria sugerido a presença do governo e de lideranças cubanas. Ele insistiu, assim, que a social-democracia deveria romper com o espírito da Guerra Fria, o anticomunismo, e engajar-se contra o principal inimigo, que seria o imperialismo. De sua parte, o anfitrião Carlos Andrés Pérez denunciou a “ordem econômica mundial” e as relações de dependência que provocava nos países pobres em relação aos ricos (REUNIÃO..., *Opinião*, 28 mai. 1976, p. 18).

De algum modo, as condições políticas e ideológicas da centro-esquerda europeia em meados da década de 1970 favoreciam a aceitação de parte dessas demandas, corroborando a aceitação do policentrismo e diálogos com as posições do chamado eurocomunismo, liberando em parte tais partidos da hegemonia norte-americana em favor de posições mais flexíveis com países como Cuba. Assim, para além dos interesses estritamente econômicos, ocorria, em meados da década de 1970, um processo em larga escala e transnacional de “social-democratização” da cena política (LÖWY, 1981), o que afetou a formação de redes de organizações partidárias e intelectuais que favoreciam tal postura, baseada na crítica ao capitalismo, mas também à burocratização soviética. A contradição desse processo, do ponto de vista da Internacional Socialista, se situava em que seus contatos no continente se deram com partidos hegemônicos estabelecidos com características que Löwy (1981) chama de “populistas”. Nesse caso, o autor emprega terminologia cara às ciências sociais brasileiras de então, voltadas a denominar um fenômeno político que seria derivado do cardenismo, do peronismo ou do varguismo. Tal perspectiva, contudo, tem sido alvo de debates que revelam sua inconsistência analítica para a compreensão da presença de grupos populares na cena política (FERREIRA, 2001, p. 83-84).

De todo modo, apesar das disputas de sentido acerca das diferentes forças políticas envolvidas, o que interessa à presente discussão é ter em conta que não se tratava de um processo unilateral em que havia mera adoção de modelos europeus definidos. As organizações políticas latino-americanas que se aproximavam da Internacional Socialista buscavam se conectar com narrativas e discursos que circulavam em nível ocidental, mas sem perder suas escalas nacionais e regionais de atuação nem suas próprias trajetórias históricas. Pode-se afirmar que tais conexões resultaram em um internacionalismo de cúpulas com pouca interação com os novos movimentos sociais e de base que surgiam no continente, àquela altura vistos com grande expectativa por diferentes correntes intelectuais (GOHN, 1997, p. 220-221).

O documento final do encontro procurou acentuar o que havia de comum entre os presentes e suas diferentes organizações. Os movimentos políticos teriam diferentes origens e estruturas de organização, procedendo de países com diversos graus de desenvolvimento. Propugnavam a defesa da “democracia política”, que estaria fundada nos direitos humanos, individuais e sociais, assim como na liberdade de expressão. Tal organização democrática era aquela encontrada nos “países ricos” e deveria ser a solução necessária e desejável para todos os povos. Tal democracia deveria assegurar a igualdade na distribuição da propriedade e o acesso à cultura e ao poder, daí caberia a cada país encontrar o próprio caminho democrático com justiça social, que pressuporia a promoção da efetiva igualdade e a regulação da vida econômica pelo Estado, respeitando a iniciativa privada que não contraditasse os interesses populares. A democracia social assim concebida levaria às relações pacíficas e de cooperação entre os Estados nacionais, com a promoção da integração regional. Por fim, apresentava um firme rechaço aos “regimes fascistas ou totalitários” que se estendiam pela América Latina e saudavam os processos políticos em curso em Portugal e na Espanha (REUNIÓN..., *Nueva Sociedad*, maio-jun., 1976, p. 67-69)

Felipe González, dirigente socialista espanhol, defendia que os países ibéricos teriam mais facilidade de interagir com os latino-americanos não só pela trajetória histórica e pelo idioma, mas pelo enfrentamento de problemas em comum. Considerava que, na Espanha, seguia em curso um “regime autocrático semelhante a algumas das ditaduras latino-americanas”. Defendia o resgate de identidades políticas que dariam

consistência à conjunção de interesses e a valores solidários em comum, propondo a defesa do socialismo, que seria “a democracia de verdade”, e que “não há socialismo sem democracia, não há socialismo sem liberdade” (ENTREVISTA..., *Nueva Sociedad*, maio-jun. 1976, p. 3-10).

Para Willy Brandt, depois de Caracas, teria sido aberto um caminho para o diálogo mundial entre “forças progressistas”. Ele defendia que os europeus finalmente se descolavam das questões da Guerra Fria e da postura eurocêntrica, passando a compreender a problemática relação Norte-Sul. Por sua vez, os latino-americanos também passaram a ter oportunidades para ampliar seus contatos internacionais e seguir uma perspectiva de ação em escala mundial. Brandt defendia o ponto de vista de Mário Soares, para quem a “ideia de Caracas” seria o começo de uma “grande esperança”: a de uma rede de relações entre forças de diferentes continentes, superando diferenças em favor do “socialismo em liberdade” (BRANDT, 1977). Tal posicionamento, de certo modo, reduzia e amornava em grande parte a retórica mais incisiva de líderes latinos como Carlos Andrés Pérez, estabelecendo limites estritos e pragmáticos à atuação da Internacional Socialista, apontando mudanças que se processariam lentamente e em longo prazo no contato entre governos.

É necessário, assim, acentuar as ambiguidades e as contradições das propostas, pois as forças políticas envolvidas eram muito diversas. Se a *Acción Democrática* de Carlos Andrés Pérez àquela altura praticava uma política mais à esquerda, tanto em sua organização quanto no exercício do poder, o mesmo não poderia ser dito de seus interlocutores do moderado Partido Revolucionário Institucional, do México. Pode ser ainda apontado o caso argentino, pois Ricardo Balbín, da UCR, apresentava reconhecidamente “escassa combatividade” contra a ditadura imposta em seu país, em março do mesmo ano, e insensibilidade “ante à situação vivida pelo movimento sindical” (ROJAS, 2006, p. 56). Durante a conferência, foi noticiado o assassinato em Buenos Aires de exilados uruguaios por agentes da repressão argentina. Sobre o episódio, Balbín apenas pediu uma “investigação pormenorizada”, pontuando de modo ambíguo que em seu país ocorria a “penetração de interesses contrários” que provocariam “episódios destinados a desprestigiar a nação” (ASSASSÍNIO..., *Jornal do Brasil*, 25 maio 76, p. 12).

## O INTERNACIONALISMO DAS CÚPULAS DIRIGENTES E O BRASIL

O Brasil foi modestamente mencionado ao longo de 1976 nas apreciações e nos documentos relativos à Conferência de Caracas. Na ausência de qualquer organização partidária formal, os únicos brasileiros de que se tem registro no evento foram o senador Marcos de Barros Freire, eleito em 1974 por Pernambuco, e o empresário e editor paulista Fernando Gasparian. Freire era oriundo do Partido Socialista Brasileiro (PSB), fundado em 1947 e proscrito em 1965, e passara a atuar politicamente no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se convertera numa grande frente de oposições à ditadura, reunindo, além de socialistas e social-democratas, muitos comunistas, liberais e mesmo segmentos conservadores. Sua ascensão ao Senado, em 1974, ocorreu em conjunto com a grande expansão do partido da oposição legalizada à ditadura que ocorrera nas eleições parlamentares daquele ano, surpreendendo o regime autoritário e servindo como marco do início de



conversações mais francas em torno de uma anunciada distensão lenta, gradual e segura. Dada a sua atuação no âmbito do grupo dos “autênticos” do MDB e de suas posições contrárias à desnacionalização da economia brasileira, além das violações aos direitos humanos (MARCOS..., *Opinião*, 26 ago. 1974, p. 5), sua participação na Conferência de Caracas era consistente e coerente.

Foi a atuação de Fernando Gasparian, no entanto, que forneceu elementos empíricos mais sólidos para a compreensão do que se passou ao longo de 1976, a partir do encontro de Caracas, no âmbito das conexões internacionais que envolveram as iniciativas do então inicial processo de redemocratização brasileiro. Empresário do ramo têxtil, filiado política e ideologicamente às posições nacionalistas do período anterior ao golpe de 1964, Gasparian tinha inúmeros contatos e relações com redes intelectuais da Universidade de São Paulo (USP), acompanhado desde cedo por Fernando Henrique Cardoso, e também com líderes do Partido Democrata Cristão (PDC), em especial Franco Montoro e Plínio de Arruda Sampaio, além de Rubens Paiva, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Antes, tivera uma passagem pelo PSB, após contatos com Antonio Candido e Cláudio Abramo. Era um moderado com diálogos com setores que se alinhavam a certo liberalismo de esquerda pouco frequente na política brasileira. Em sequência ao golpe, integrou as primeiras listas de filiados ao MDB e passou a investir em editoras e a manter posições críticas à desnacionalização da economia, que o levaram ao autoexílio em 1970, retornando dois anos depois, quando lançou o semanário *Opinião* (CANDIDO, 2018, p. 47-63). Em 1973, adquiriu a Paz e Terra, que foi uma das mais influentes casas editoriais das décadas de 1970 e 1980 no Brasil. Em 1974, a editora lançou a coleção *Estudos Brasileiros*, série de trabalhos sobre a realidade nacional que teve Marcos de Barros Freire como primeiro autor publicado, com o livro intitulado *Oposição no Brasil, hoje* (CARRIJO, 2013, p. 139).

O semanário *Opinião* reuniu boa parte de uma elite intelectual muito influente no período, tanto na academia quanto no debate brasileiro. Entre seus redatores mais importantes estiveram os jornalistas Raimundo Rodrigues Pereira e Argemiro Ferreira, além de contar com colaborações de Antonio Callado, Antonio Candido, Fernando Henrique Cardoso, Millôr Fernandes, Celso Furtado, Paulo Emílio Salles Gomes, Alceu Amoroso Lima, Luciano Martins, Francisco de Oliveira, Paul Singer e Francisco Weffort. Ao longo de sua existência, publicou material exclusivo de jornais e revistas internacionais, como *Le Monde*, *The Washington Post*, *The Guardian*, *The New York Review of Books*, *New Statesman* e *Le Nouvel Observateur*. Seus editores e redatores manifestavam a precípua intenção de localizar os processos sociais e políticos de então em uma mirada internacional abrangente. Com tiragem pouco inferior a 40 mil exemplares, o semanário foi constante alvo da censura prévia e vítima de apreensão de suas edições até deixar de circular, em 1977 (FERREIRA, 2010). Foi um frequente veículo de difusão das posições dos chamados “autênticos” do MDB, grupo de pouco mais de duas dezenas de integrantes da oposição legalizada que se recusaram a exercer o voto durante a sessão do Colégio Eleitoral que homologou a “escolha” do general Ernesto Geisel como novo comandante da ditadura (NADER, 1998, p. 15-16).

Em particular, Marcos Freire era uma estrela em projeção, o que dizia respeito a suas boas relações com Gasparian. Pouco antes da reunião em Caracas, da qual ambos participaram, em janeiro de 1976, o *Opinião* deu grande destaque em primeira página ao que foi chamado de “projeto Marcos Freire”, que propugnava uma reforma política que levasse o país ao “estado de Direito”, a qual expôs após o retorno de

uma visita às Nações Unidas. Depois de um período de intensa combatividade no Congresso Nacional, Freire expressava a iniciativa de negociar com moderação os termos de um novo modelo institucional que fosse aceito pela oposição e pelo regime, a começar pelo encerramento da vigência do Ato Institucional Número 5 (AI-5). Em troca do gesto do regime, a oposição abriria caminho para a discussão dos passos concernentes à redemocratização, com a elaboração de uma legislação ordinária que disciplinasse a adoção de “medidas emergenciais” pontuais e assegurasse garantias à ordem e à não sublevação. Tratava-se, portanto, de institucionalizar o sistema de exercício do poder existente, deixando-o submetido ao controle legislativo e judicial. A proposta ia ao encontro das movimentações do próprio Ernesto Geisel com vistas à institucionalização da “revolução”, mantendo sob controle do sistema vigente o ritmo do processo de distensão (MARCOS..., *Opinião*, 2 jan. 1976, p. 3). Por fim, no ano seguinte, quando o regime mais uma vez fez uso do AI-5 para impor o chamado “pacote de abril” e suspender o Congresso Nacional, o senador considerava que uma “Assembleia Constituinte ampla” levaria à “verdadeira conciliação nacional”. O senador dizia ser necessário “tentar uma saída para o impasse institucional — mesmo que não a dos nossos sonhos”. Isso demandaria “a coragem de abrir o debate em torno de uma fórmula viável e aceitável, em termos jurídicos e democráticos” (MARCOS..., *Opinião*, 8 abr. 1977, p. 2).

A conferência de Caracas foi noticiada no Brasil pela reprodução de notas de agências de informação internacionais. O *Jornal do Brasil* publicou breves textos centrados em grande medida na presença de Brandt, apresentado como o personagem de maior destaque. A cobertura destacou as moderadas críticas à ditadura chilena, centrando a atenção no enfoque a uma “nova ordem econômica internacional” (BRANDT..., *Jornal do Brasil*, 23 maio 1976, p. 12) e à proposta de um “socialismo democrático” como alternativa ao “capitalismo desumano” e ao “comunismo inimigo da liberdade” (BRANDT..., *Jornal do Brasil*, 24 maio 1976, p. 8).

É na *Folha de S. Paulo* que se encontrava um espaço muito mais significativo para o encontro. Para o jornalista Newton Carlos, a Venezuela pretendia se tornar “centro irradiador da social-democracia como a ‘melhor alternativa política’ para uma América Latina em profunda crise institucional”. Há um detalhe revelador no texto do colunista da *Folha*, que traz a informação de que o evento contaria com a presença de *scholars*, referindo-se ao “sociólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso”. É possível que tenha se confundido com Fernando Gasparian, ou que este tenha ido a Caracas justamente para representar Cardoso, dada a proximidade entre ambos (CARLOS, 1976, p. 2). O jornal também publicou uma nota breve, destacando a presença de Marcos Freire, ao mencionar nota “de 32 linhas” emitida pelo gabinete do senador. Mas, nesse caso, as referências ao encontro foram menos sóbrias: o autor da nota na coluna “Painel” comparou a viagem a outra que fora realizada por Franco Montoro a Roma, para “uma reunião mundial de partidos democratas cristãos”. Essas movimentações faziam dar concretude às iniciativas com vistas a uma possível “reorganização partidária” no país. Assim, seria possível prever que a presença de Freire em Caracas significava “um indício de que ele estaria interessado na reorganização do Partido Socialista Brasileiro” (PAINEL, *Folha de S. Paulo*, 25 maio 1976, p. 3).

O semanário *Opinião* deu destaque ao conteúdo propriamente dito do encontro, oferecendo espaço à reprodução dos pronunciamentos dos presentes, embora tenha também se limitado a transcrever as manifestações finais das principais lideranças

presentes ao encontro (A SOCIAL-DEMOCRACIA..., *Opinião*, 4 jun. 1976, p. 22). Contudo, parece ser significativa a presença de Marcos Freire e Fernando Gasparian em Caracas, num contexto em que setores da oposição buscavam estabelecer as bases de negociação com o regime e projetar novas formas de organizações partidárias, tendo desencadeado conexões internacionais que amadureceram ao longo de 1976 e se desdobraram em contatos políticos efetivos com a Internacional Socialista nos anos seguintes. A definição de um tipo de transição possível na ditadura por meios institucionais encontraria respaldo cada vez maior entre os setores oposicionistas, e a legitimação internacional de contatos de cúpula para o processo ganharia consistência.

Na condição de articulador de conexões internacionais com o Brasil e parte da oposição consentida pela ditadura, Fernando Gasparian fez uso de *Opinião* como instrumento para estreitar vínculos com líderes da Internacional Socialista. Em novembro de 1974, conduziu pessoalmente, junto com Luciano Martins, uma entrevista com Brandt, publicada no semanário. Na mesma edição em que *Opinião* analisava os resultados das eleições daquele mês, que deram ampla vitória ao MDB, é possível indicar que havia o delineamento de contatos que seriam aprofundados dois anos depois, após o encontro de Caracas. Na entrevista, Brandt afirmou que a “cooperação econômica” com diferentes países seria tanto mais ampla quanto fossem asseguradas “conquistas democráticas e sociais”. Isso era particularmente importante partindo de uma liderança de um país com importantes multinacionais instaladas no Brasil e, de modo mais incisivo, quando a ditadura militar desenvolvia os acordos nucleares com a Alemanha dirigida pelos social-democratas (MESCHKAT, 1981).

Dois anos depois, foi com um fiel escudeiro de Brandt que as conexões de Gasparian com integrantes da Internacional Socialista foram aprofundadas depois da reunião de Caracas. Após uma visita à Feira do Livro de Frankfurt, Gasparian se encontrou em Lisboa com Mário Soares, que ascendera à condição de primeiro-ministro de Portugal em julho daquele ano, além de ser o máximo dirigente do Partido Socialista de seu país e vice-presidente da Internacional Socialista. Em *Opinião*, uma nota breve trouxe a informação de que uma entrevista seria publicada no semanário. Participou do encontro ainda um alto integrante do governo português, Victor Cunha Rego, que fora um exilado no Brasil (ENTREVISTA..., *Opinião*, 8 out. 1976, p. 2). O que parecia uma iniciativa de caráter jornalístico se cobria também de interesse político, tanto que chamou a atenção da embaixada brasileira em Lisboa, onde havia um dos braços mais atuantes do Centro de Informações do Exterior (Ciex).

Essa peça do sistema repressivo da ditadura militar teve intensa atividade na embaixada de Lisboa entre 1974 e 1978, então sob o comando do general Carlos Alberto da Fontoura, considerado parte da chamada linha dura do regime e que fora chefe do SNI entre 1969 e 1974 (FILHO, 2009). O Ciex tinha por função manter “o governo atualizado sobre os passos de brasileiros no exterior”, além de campanhas e frentes de informações organizadas por exilados e seus apoiadores (SAMWAYS, 2020). Em um relatório do órgão teria sido apurado que a visita de Gasparian a Soares decorreria do “esquema de apoio do Partido Socialista português à formação de um PS [Partido Socialista] brasileiro”. Além disso, estaria relacionada à anunciada visita a Portugal de Celso Furtado e Darcy Ribeiro. A “revoada” da esquerda brasileira em direção ao país ibérico, aos olhos do agente do SNI que elaborou o relatório, levaria “a fazer pensar” no que denominou de “conspiração de esquerda” que estaria sendo mencionada em “certos setores da ‘comunidade’ de refugiados brasileiros em Portugal”. Em particular, preocupava aos agentes da repressão a presença de

“elementos” que seriam “ligados ao ex-presidente João Goulart”, como Paulo Schilling (CIEX, 14 out.1976).

O interesse nos passos de Gasparian denota a importância para o regime autoritário das conexões internacionais estabelecidas em Portugal e seus possíveis desdobramentos na articulação de arranjos de oposição que estariam passando a adotar novas estratégias em suas relações com a ditadura. A amplitude da oposição para além das fronteiras nacionais significava não só a denúncia das violações aos direitos humanos perpetradas pelo regime, assunto que desgastava e desmoralizava a ditadura, mas também a construção de cauções de grande influência com vistas a dar respaldo a possíveis negociações que se abririam em torno da distensão e da abertura política. Nesse caso, a condição de Mário Soares como primeiro-ministro português e influente integrante da Internacional Socialista poderia ser mobilizada por setores oposicionistas capazes de situar-se em posições estratégicas nessas conexões.

## AS CONEXÕES COM PORTUGAL: UMA PLATAFORMA PARA A MODERAÇÃO

O ambiente político português seguinte à Revolução dos Cravos, de 25 de abril de 1974, causou impacto nas diferentes frentes de oposição brasileiras, as quais passaram a ser influenciadas por uma agenda política em que os temas da democracia, das liberdades individuais e dos direitos humanos assumiram centralidade. A revolução portuguesa marcava o fim da ditadura salazarista e foi anunciada no Brasil, pelo jornalista correspondente Victor da Cunha Rêgo, como um “vento democrático” que soprava de Lisboa (REGO, 1974, 1). O *Jornal do Brasil* trouxe como sua principal chamada: “Junta controla Portugal e anuncia Constituinte”. Na página seguinte, a informação de que os militares portugueses haviam deposto “em 12 horas um regime de 42 anos” (MILITARES..., *Jornal do Brasil*, 26 abr. 1974, p. 2). Depois de uma guerra colonial sangrenta e custosa, uma parcela importante das forças armadas portuguesas se voltou contra uma das mais longevas ditaduras do século XX. Portugal se tornava um ponto de contato para discussões e processos que envolviam não só a Península Ibérica e o todo o continente europeu, mas que também estavam interligados com a formação de Estados independentes na África, a reativação das possibilidades revolucionárias populares, o não alinhamento às grandes potências e as lutas contra as ditaduras na América Latina.

Como aponta Maria Inácia Rezola (2007, p. 17), em um mundo impactado pela crise do petróleo e dividido pela Guerra Fria, “negando todas as previsões e modelos de intervenção dos militares nos processos de transição e mudança política, os Capitães de Abril apresentaram um programa democratizador” que previa a “constituição de um governo civil e a realização de eleições livres”. Assim, um programa de redemocratização que passava por constituinte e eleições se conectava a demandas que eram verbalizadas pela oposição legalizada no Brasil, mas que o gradualismo imposto pelo regime projetava para um futuro incerto. Nesse ambiente, encontraram-se em Lisboa diferentes organizações de esquerda brasileiras. O trabalho de denúncia da ditadura brasileira no exterior e de rearticulação das esquerdas logo se desdobrou em novas frentes de debates em que a questão das liberdades democráticas e o movimento pela anistia aos refugiados ganharam proeminência (PEZZONIA, 2017, p. 223-254).



A revolução bem-sucedida ocorrida em Portugal e seu repertório político traziam pontos essenciais ao debate corrente no Brasil. Democracia e eleições se tornavam os caminhos para a derrota da ditadura em um fluxo de ideias e narrativas que logo incorporou o tema dos Direitos Humanos, discussão amplamente realizada em nível internacional, como no caso da atuação de exilados brasileiros no Tribunal Internacional Bertrand Russell entre 1974 e 1975 (FERREIRA, 2016). Redes internacionais de solidariedade eram formadas em torno de partidos e grupos organizados, com vistas a denunciar as condições dos presos políticos brasileiros, o que ganhou atenção particular na visita de Ernesto Geisel à Europa em 1976.

Os desdobramentos do abril português seriam acompanhados com atenção, e não foram poucos os que buscaram no processo em curso naquele país uma confirmação dos caminhos adotados no Brasil. Se em seus primeiros dias a revolução portuguesa prometia um caminho de ruptura e transformação acelerada num processo revolucionário, com o passar dos anos, a construção democrática em Portugal inspirou outras soluções. A partir de novembro de 1975, o esvaziamento do período mais radical da revolução significou um consenso entre socialistas, conservadores e forças armadas, com a anuência tácita ou ambígua inclusive do Partido Comunista Português (PCP) e de outras organizações de esquerda, resultando na marginalização de forças políticas da extrema-esquerda revolucionária (REZOLA, 2007, p. 259-270). Em particular, as ações do Partido Socialista, sob a liderança de Mário Soares, neutralizaram as movimentações de diferentes agrupamentos comunistas e revolucionários. Isso abriu um período de franca animosidade entre as correntes que haviam celebrado juntas o 25 de abril. Soares contou com o respaldo da Internacional Socialista e, em especial, de Brandt. Os social-democratas alemães, poucos anos antes, haviam sido um importante patrocinador da reorganização partidária dos socialistas portugueses então no exílio, o que seria fundamental para o controle da situação política após 25 de abril de 1974 (REIS, 2005, p. 51-66). A partir daí, o quadro político daquele país passou a ser observado com interesse entre setores conciliatórios da oposição brasileira. Em 1976, um influente cientista político nos meios mais moderados da oposição, Bolívar Lamounier (1976, p. 48-51), identificava que as negociações parlamentares no Brasil conduzidas pela junção de políticos antigos com os mais jovens, formados durante o período autoritário, tornavam as discussões que percorriam a cena pública naquele momento marcadas predominantemente pelos seguintes temas: eleições, gestão econômica, constitucionalização do país, necessidade de ordem, direitos humanos, uma “vaga neoliberal no mundo” e uma promissora “moderação da revolução portuguesa”.

Diferentes líderes políticos brasileiros, atuando na oposição consentida ou na condição de exilados, encontraram no país ibérico um ponto de apoio para aproximações com a perspectiva social-democrata europeia. A “via portuguesa para o socialismo” terminara na defesa de uma “democracia pluralista”. A transição brasileira parecia encontrar um modelo que também, de certo modo, interessava ao regime, pois afastaria a possibilidade de que a extinção da ditadura militar resultasse de conflitos sociais e políticos que pudessem sair do controle, o que estava nos cenários vislumbrados por diferentes interlocutores. A transição, assim montada, limitou o processo de redemocratização às disputas eleitorais e aos mecanismos institucionais derivados dos acordos conduzidos entre o governo e a oposição legalizada. Os eixos do processo foram construídos em torno de três perspectivas: o retorno aos valores liberais-democráticos que estariam em disputa no momento do golpe civil-militar de 1964; a ruptura com o autoritarismo que marcara o regime, como um contraponto

aos seus relativos êxitos econômicos; e, por fim, o pacto que teria sido firmado entre governo e oposição, com a atuação de um amplo conjunto de forças sociais (ABREU; LATMAN-WELTMAN, 2006, p. 69).

Boa parte dos oponentes à ditadura brasileira passou por uma transformação fundamental quando, de uma lógica revolucionária, assumiram a democracia como “valor universal” (COUTINHO, 1979). A crítica pública ao regime se ampliou, mas não sob uma óptica insurrecional: “A democracia para a ser valorizada como um objeto em si e, com ela, a organização da sociedade e a participação no jogo eleitoral, mesmo sob limitações” (ALMEIDA; WEISS, 1998, p. 336). Foi nesse cenário que ocorreu o contato de Gasparian com Mário Soares – algo implicava mais do que uma entrevista jornalística. O primeiro-ministro português parecia ter a intenção de pôr em prática a “solidariedade interoceânica” que anunciou em Caracas, referindo-se aos democratas que combatiam as ditaduras latino-americanas na ocasião, particularmente no Chile e na Bolívia (SOCIAL..., *Folha de S. Paulo*, 26 maio 1976, p. 8).

Meses depois do encontro em Lisboa, no início de 1977, mais um relatório do Ciex a respeito do contato entre Gasparian e Soares foi elaborado. Dessa vez, com mais detalhes. O diretor do *Opinião* teria chefiado “um grupo de brasileiros” com o objetivo de discutir ações para a formação de um Partido Socialista Brasileiro, o que seria resultado do “entendimento havido durante a reunião de partidos socialistas em Caracas”. O Partido Socialista Português “supervisionaria” um processo de apoio que seria “financiado pelos PSs (sic) europeus”. Gasparian seria, conforme o relatório, um dos líderes da nova agremiação. Para tanto, “teve vários encontros com o primeiro-ministro Mário Soares”, sendo que este “fez questão de levá-lo ao aeroporto quando de sua partida de regresso ao Brasil”. Os contatos teriam “sido feitos discretamente”, sob “precauções para evitar repercussões na imprensa”. Segundo o autor do documento, “os meios ligados ao primeiro-ministro” temiam que o encontro tivesse “reflexos desfavoráveis nas relações luso-brasileiras caso chegasse ao conhecimento do governo brasileiro”. Gasparian teria também mantido conversas com “elementos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)”, sendo mencionados ainda os nomes de Márcio Moreira Alves e Carlos Figueiredo Sá (Ciex, 21 jan. 1977).

É sintomático que a entrevista de Soares a Gasparian, apesar de anunciada, jamais tenha sido publicada, ao menos em *Opinião*. Por outro lado, cabe ter cautela com o conteúdo de relatórios da repressão política, considerando suas imprecisões, exageros e tendência a criar meios para incriminar opositores. Há um relato divertido publicado na internet pelo editor Ivan Pinheiro Machado, em 2011. Ele descreve que viajou a Frankfurt e Lisboa em companhia de Gasparian, em 1976, e que este o advertiu quando estavam na capital portuguesa: “Vamos a um jantar meio formal, seria bom que você colocasse uma gravata”, pois “o Mário (Soares) nos convidou”. O encontro teria transcorrido normalmente não fosse pelo atraso do anfitrião, que estava “a ver a novela brasileira”. O primeiro-ministro “não perdia por nada nenhum capítulo de *Gabriela, Cravo e Canela*” (MACHADO, 2011).

Essa descrição relativiza o tom misterioso atribuído ao evento pelos agentes da repressão brasileira. Mas é possível compreender que as conexões dos processos de transição política dos dois lados do Atlântico envolviam mais do que novelas brasileiras. Como aponta Sanjay Subrahmanyam (1997), conexões supralocais ao longo da história não envolveram apenas fluxos econômicos e militares, mas também ideias e construções mentais na porosidade das fronteiras políticas, embora traduzidas para contextos locais. Esse fenômeno supera as divisões entre o que seriam estruturas

unitárias e igualmente comparáveis, situando tais fluxos em relações de conectividade. Assim, pode-se apontar que vislumbrar as escalas internacionais das negociações que envolviam as formulações em torno de processos de democratização naquele contexto alterou as perspectivas de setores políticos brasileiros não mais limitados a disputas de ideias na esfera nacional. Mais precisamente, conversações sobre alternativas semelhantes para processos políticos diversos em diferentes continentes possibilitam compreender a Internacional Socialista na segunda metade da década de 1970 como elemento de circulação e permeabilidade, ainda que de elites políticas bem delineadas em seus contextos nacionais.

Uma das grandes preocupações da ditadura militar brasileira em âmbito internacional era o que ficou conhecido como Frente Brasileira de Informações, nome de um conjunto de publicações coordenado, em seu exílio na Argélia, por Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco que atuou entre o fim da década de 1960 até 1974 (CRUZ, 2016, p. 140). Os brasileiros chegados a Portugal após o 25 de abril – não apenas por isso, mas também em função do idioma em comum – puderam ampliar iniciativas como essa. A facilidade de acessar a imprensa portuguesa e o contexto português favoreceram que o Brasil e sua ditadura passassem a ser abordados com certa frequência mesmo na grande imprensa portuguesa, sem contar os periódicos de organizações políticas.

Embora os brasileiros exilados em Portugal não tivessem encontrado um ambiente plenamente receptivo por parte de um governo envolvido com a geopolítica africana (FREIRE, 2010), o Brasil não deixou de aparecer como alvo frequente de debates que diziam respeito aos processos de democratização que ocorriam em âmbito internacional. Isso se intensificou a partir de 1976, quando a esquerda portuguesa, afastada do controle dos principais veículos de imprensa nacionalizados dois anos antes, passou a fazer circular novos títulos, sendo um dos mais importantes o jornal *O Diário*, vinculado ao PCP. Era dirigido por Miguel Urbano Rodrigues, que mantinha conexões sólidas com o Brasil, onde militou na resistência à ditadura e atuou como jornalista de *O Estado de S. Paulo* e do *Portugal Democrático*. Outro título importante foi *Página Um*, de uma organização de extrema-esquerda e no qual atuaram brasileiros como Alfredo Sirkis. Além disso, houve a presença de brasileiros em outros órgãos da imprensa privada, como no semanário *Expresso*, em que atuou Hermano Alves.

Entre a grande festa de abril de 1974 e o período de pragmatismo após 1975, as posições mais combativas no espectro das oposições brasileiras vistas de Portugal passaram a conviver com aquelas que buscavam a moderação. Em *O Diário*, Miguel Urbano Rodrigues abria a discussão crítica aos contatos entre brasileiros e a Internacional Socialista sob a perspectiva dos comunistas (DO RIBATEJO..., *O Diário*, 18 maio 1976, p. 3), em particular o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Dias antes da conferência de Caracas, foi realizada em Lisboa a Jornada de Solidariedade com a Luta dos Povos da América Latina, evento que fazia parte da prática internacionalista pregada pelo movimento comunista e que se contrapunha aos encontros de cúpula dos social-democratas europeus. Os comunistas portugueses eram também particularmente hostis à ideia de eurocomunismo. Estiveram presentes no evento realizado no dia 15 de maio daquele ano Luiz Carlos Prestes, ainda à frente do PCB, juntamente com Rodney Arismendi e Samuel Riquelme, além de dirigentes comunistas do Uruguai e do Chile. Na ocasião, os Partidos Comunistas brasileiro e português divulgaram nota conjunta em que demandavam a “reconstitucionalização

do país em bases democráticas” (MAIS..., *O Diário*, 18 mai. 1976, p. 5). Contudo, em entrevista ao periódico, Prestes, então exilado em Moscou, previsivelmente acentuou que “nenhum movimento capitalista pode resolver os graves problemas do nosso povo”, propugnando uma “revolução nacional e democrática”. Na mesma edição, em editorial, Miguel Urbano Rodrigues pontuou que em Caracas estariam reunidos “partidos de larga tradição reacionária” que cultivavam a social-democracia para cumprir “docilmente as vontades do imperialismo” (A DITADURA..., *O Diário*, 18 maio 1976, p. 8-10).

Miguel Arraes, de sua parte, com presença constante na imprensa de Lisboa, dados os seus contatos com portugueses que dividiram consigo o exílio em Argel, como o jornalista Fernando Piteira Santos, entre outros, manifestou sua discordância com a atuação da Internacional Socialista na América Latina. Em entrevista publicada no diário lisboeta *A Capital*, afirmou: “A social-democracia europeia não pode ser transplantada para o Brasil”. Indicava ainda que a criação de um partido que se chamasse socialista poderia servir para o regime “sair das dificuldades políticas em que se encontra” na composição de uma “máscara de democracia”. Desconfiava das “boas intenções” do então recentemente eleito Jimmy Carter, presidente dos Estados Unidos, e considerava que não poderiam ser transplantados para o Brasil “partidos ou formulações ideológicas”, como haviam feito as elites latino-americanas no século XIX (MIGUEL..., *A Capital*, 11 jan. 1977, p. 12). Mais importantes seriam a luta pela independência nacional e a sugestão de que os interesses do chamado Terceiro Mundo diferiam daqueles dos países centrais. Percebe-se que, olhado das margens por um exilado que permaneceu em um país africano, as conexões internacionais do processo de redemocratização brasileiro ganhavam outra configuração, propugnando outro tipo de internacionalismo, situado com base em contatos com as correntes de libertação nacional africanas. Arraes vislumbrava relações que não circulavam nas cúpulas europeias e defendia a “união de forças políticas para acabar com o regime repressivo que promovia um desenvolvimento econômico desigual” (CRUZ, 2016, p. 216).

Ao menos em 1976, portanto, as conexões internacionais que envolviam as oposições à ditadura brasileira se entrecruzavam e se moviam entre disputas mais ou menos abertas. Essas discussões ganharam corpo quando Mário Soares decidiu organizar uma visita oficial ao Brasil em dezembro, tomada por setores das esquerdas dos dois países como inoportuna e voltada a dar legitimidade à ditadura brasileira. No Brasil, a maior parte da imprensa considerou a presença de Soares um êxito diplomático. Cabe destacar um artigo publicado em *Opinião* no qual transparecem os elementos que compõem uma trama para além da diplomacia e que se situa no âmbito dos fluxos e dos contatos intermediados pela Internacional Socialista. A aproximação com o Brasil seria mais um dos movimentos para restabelecer os vínculos com os Estados Unidos, que seu país havia perdido após a revolução, demonstrando um “descompromissamento (sic) ideológico do governo socialista”, além da parceria econômica necessária após as independências das ex-colônias. Em troca, Soares poderia oferecer à ditadura brasileira “a boa vontade da Internacional Socialista”, a qual exerceria influência sobre diversos governos europeus. Assim, o internacionalismo social-democrata redundaria em 50 milhões de dólares em créditos de exportações negociados entre ambas as partes. No congresso da Internacional Socialista realizado em Genebra poucas semanas antes da viagem ao Brasil, Mário Soares conseguiu que o país “não sofresse condenações por questões de sua política interna” (DUARTE, 1976, p. 7). No referido congresso, o parágrafo sobre o Brasil

apenas instigou a ditadura a avançar no restabelecimento dos Direitos Humanos, da institucionalidade e da democracia, preferindo criticar o papel que os Estados Unidos exerceriam ao equipar as forças armadas brasileiras para favorecer o domínio sobre o continente (13º CONGRESO..., *Nueva Sociedad*, jan.-fev. 1977, p. 124).

A visita de Mário Soares ocorreu dias depois da morte de João Goulart, o Jango, em 6 de dezembro de 1976. O ex-presidente deposto pelo golpe de 1964 resistia, em seus últimos anos de vida, segundo Jorge Ferreira (2011, p. 643-645), ao assédio de colaboradores que desejavam aproximá-lo da Internacional Socialista. Temia que o nacionalismo do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) fosse tomado por ideias “estrangeiristas”. Contudo, por ocasião da repercussão de seu falecimento, o semanário *Expresso*, de Lisboa, revelara que o ex-presidente havia estado em Lisboa no mês de setembro de 1976, incógnito. Goulart estivera “no Hotel Sheraton, onde se hospedou com o nome de João Marques”, após ingressar no país de automóvel. O fato passara “despercebido à imprensa portuguesa” e não fora noticiado, segundo o relato do jornalista Augusto de Carvalho, “porque foi João Goulart a contactar-nos, por intermédios de amigos comuns, e a exigir-nos que nada escrevêssemos”. Para Carvalho, embora negasse que sua visita tivesse “qualquer significado político”, a movimentação de Jango esteve “na órbita da Internacional Socialista, com Mário Soares a servir de padrinho junto dos alemães”. Mas a morte “veio a interromper as suas esperanças políticas” (CARVALHO, 1976, p. 12).

A morte de Goulart e a visita de Mário Soares encerraram um ano de intensos debates e conexões internacionais. Se o resultado efetivo desse internacionalismo de cúpulas ocorrido ao longo daquele ano é discutível, não deixa de ser relevante tomá-lo como um dos elementos que constituíram novas agendas políticas, as quais passaram a considerar a circulação de projetos políticos e sociais. Um repertório político internacional entrou em circulação, considerando a comparação da experiência histórica brasileira com o que se passava em outros países – nesse caso em especial, Portugal pós-1974. Por outro lado, houve uma interação entre interesses e fatores locais e supranacionais ou transnacionais pela mediação de agentes localizados em entidades e grupos que se permitiam a capacidade de praticar políticas internacionais para além dos Estados. Sem negligenciar as correlações de força que distinguem e tensionam as sociedades capitalistas, é possível enfatizar nessa conectividade, por contraste com o que seria um quadro abrangente de relações, as singularidades e os fenômenos conjunturais e isolados que, no conjunto, compuseram dinâmicas internas de mudanças sociais e políticas que se processavam na América Latina. Seguindo a sugestão de Sebastian Conrad (2012), menos importantes do que as “origens”, acentuam-se as condições de emergência que possibilitaram tais interações.

Tais transações de cúpulas interoceânicas podem ainda apontar para a possibilidade de construir uma história atlântica (GAMES, 2006) que leve em conta os processos políticos recentes, considerando as relações nesse âmbito entre países ibéricos e a América Latina, em particular o Brasil. Isso pressupõe construir meios para entender tais sociedades em processos de continuidade em suas interações supranacionais e em suas singularidades regionais, experimentando modos de examinar e evidenciar conexões possíveis entre paralelas transformações culturais e políticas com base em diferentes escalas de observação.

## REFERÊNCIAS

13º. CONGRESO de la Internacional Socialista. Ginebra 26-28 de Noviembre de 1976. *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 28, p. 123-140, jan.-fev. 1977.

A DITADURA brasileira é uma ameaça à paz e à segurança dos povos da América Latina. *O Diário*, Lisboa, p. 8-10, 18 maio 1976.

A INTERNACIONAL. *Opinião*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 16, 18-25 dez. 1972.

A SOCIAL-DEMOCRACIA em Caracas. *Opinião*, Rio de Janeiro, n. 187, p. 22, 04 jun. 1976.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In: ABREU, A. A. (org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 67-93.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; WEISS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, L. M. (org.). *História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 319-410.

ASSASSÍNIO de exilados na Argentina preocupa a ONU. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 12, 25 maio 1976.

BRANDT chega a Caracas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 12, 23 maio 1976.

BRANDT em Caracas pede solidariedade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 8, 24 maio 1976.

BRANDT, Willy. Después de Caracas. *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 31 e 32, p. 13-18, jul.-out. 1977.

CANDIDO, Jeferson João. *Para além da frente ampla: Fernando Gasparian e a educação das elites*. Tese (Doutorado em Literatura) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

CARLOS, Newton. Sociais-democratas na América Latina. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 22 maio 1976.

CARRIJO, Maicon Vinícius da Silva. *Cientistas sociais e historiadores no mercado editorial do Brasil: a Coleção Estudos Brasileiros da Editora Paz e Terra (1974-1987)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

CARVALHO, Augusto de. João Goulart esteve em Lisboa com o Expresso. *Expresso*, Lisboa, p. 12, 10 dez. 1976.



CIEX. *Brasil. Política. Fundação do 'Partido Socialista'. Fernando Gasparian. Portugal. Asilados brasileiros.* Informe No. 032/1977, f. 1 (Arquivo nacional, Rio de Janeiro e Brasília, BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior) 21 jan. 1977.

CIEX. *Brasil. Situação política. Contatos em Portugal.* Informe No. 361/1976, f. 1-2 (Arquivo Nacional, Rio de Janeiro e Brasília, BR DFANBSB IE – Fundo Centro de Informações do Exterior) 14 out. 1976.

CONRAD, Sebastian. Enlightenment in global history: a historiographical critique. *The American Historical Review*, Chicago, v. 117, n. 4, p. 999-1027, 2012.

CONRAD, Sebastian. *What is global history.* Princeton: Princeton University Press, 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 33-47, 1979.

CRUZ, Fábio Lucas da. *Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979).* Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

DO RIBATEJO a Caracas. *O Diário*, Lisboa, p. 3, 18 maio 1976.

DUARTE, Élcio. A viagem de Mário Soares. *Opinião*, Rio de Janeiro, n. 216, p. 7, 24 dez. 1976.

ENTREVISTA com Soares. *Opinião*, Rio de Janeiro, n. 205, p. 2, 8 out. 1976.

ENTREVISTA con Felipe González: socialismo – democracia en España. *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 24, p. 3-10, mai. e jun., 1976.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 59-124.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. O Tribunal Russell II e a voz da resistência à ditadura militar no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, Bauru, v. 4, n. 2, p. 93-110, 2016.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Opinião. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: pós-1930.* Rio de Janeiro: Cpdoc, 2010.

FILHO, P. P. O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 52, n. 2, p. 43-62, 2009.

FREIRE, Américo. Ecos da estação Lisboa: o exílio das esquerdas brasileiras em Portugal. *Sociologia, problemas e práticas*, Lisboa, n. 64, p. 37-57, 2010.

GAMES, Alison. Atlantic history: definitions, challenges, and opportunities. *The American Historical Review*, Chicago, v. 111, n. 3, p. 741-747, 2006.

GOHN, Maria da Glória Marc. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

INSULZA, José Miguel. Eurocomunismo y socialismo europeo en la situación chilena. *Foro Internacional*, Cidade do México, v. 21, n. 3, p. 289-303, 1981.

LAMOUNIER, Bolivar. A retórica dos profissionais. *Isto É*, São Paulo, p. 48-51, nov. 1976.

LÖWY, Michael. Trayectoria de la Internacional Socialista en América Latina. *Cuadernos Políticos*, Cidade do México, n. 29, p. 36-45, 1981.

MACHADO, Ivan Pinheiro. O primeiro-ministro que amava as novelas. *Blog da L&PM Editores*. Disponível em: <http://www.lpm-blog.com.br/?p=12902/>. Acesso em: 7 jun. 2018.

MAIS de 500 presos políticos assassinados no Brasil. *O Diário*, Lisboa, p. 5, 18 maio 1976.

MARCOS Freire confiando. *Opinião*, Rio de Janeiro, n. 94, p. 5, 26 ago. 1974.

MARCOS Freire e a Constituinte. *Opinião*, Rio de Janeiro, n. 231, p. 2, 8 abr. 1977.

MARCOS Freire, exclusivo. *Opinião*, Rio de Janeiro, n. 165, p. 3, 2 jan. 1976.

MESCHKAT, K. La socialdemocracia alemana y la ofensiva de la Internacional Socialista en América Latina. *Problemas del Desarrollo: Revista Latinoamericana de Economía*, Cidade do México, v. 12, n. 46, p. 169-182, 1981.

MIGUEL Arraes fala a 'A Capital'. *A Capital*, Lisboa, p. 12, 11 jan. 1977.

MILITARES acabam com salazarismo e prometem eleição. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 2, 26 abr. 1974.

NADER, A. B. *Autênticos do MDB: semeadores da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PAINEL. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 3, 25 maio 1976.

PEDROSA, Fernando. Redes transnacionais y partidos políticos. La Internacional Socialista en América Latina (1951-1991). *Iberoamericana, América Latina – España – Portugal*, Berlim, v. 13, n. 49. p. 25-46, 2013.



PETRAS, James; MORLEY, Morris. *U.S. Hegemony Under Siege: class politics and development in Latin America*. Londres/Nova York: Verso, 1990.

PEZZONIA, Rodrigo. *Exílio em português: política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

REGO, Victor da Cunha. Vento democrático sopra em Lisboa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 27 abr. 1974.

REIS, António. O Partido Socialista na revolução: da via portuguesa para o socialismo em liberdade à defesa da democracia pluralista. *In: CANAS, Vitalino (org.). O Partido Socialista e a democracia*. Oeiras: Celta Editora, 2005. p. 51-93.

REUNIÃO em Caracas. *Opinião*, Rio de Janeiro, n. 186, p. 18, 28 maio 1976.

REUNIÓN de dirigentes políticos de Europa y América en pro de la solidaridad democrática internacional. *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 24, p. 67-69, maio-jun., 1976.

REZOLA, Maria Inácia. *25 de Abril: Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.

ROJAS, Gonzalo Adrián. *Os socialistas na Argentina: um século de ação política*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Repressão além das fronteiras: o Ciex e a espionagem brasileira em Portugal (1974-1979). *Diálogos*, Maringá, v. 24, n. 2, p. 342-357, 2020.

SOCIAL democracia divulga manifesto. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 8, 26 mai. 1976.

SUBRAHMANYAM, Sanjay Connected histories: notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, Cambridge, v. 31, n. 3, p. 735-762, 1997.

## NOTAS DE AUTOR

---

### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Desembargador Urbano Salles, 111/604B, 88015-430, Florianópolis, SC, Brasil.

### ORIGEM DO ARTIGO

Projeto de pesquisa em andamento – Transição democrática e conexões internacionais: o Brasil na imprensa portuguesa (1974-1985), apresentando ao Departamento de História da UDESC em 2019.



### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Silvia Maria Fávero Arend pela leitura de versões anteriores.

### **FINANCIAMENTO**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na forma bolsa de produtividade em pesquisa, processo 313695/2018-0.

### **APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Não se aplica.

### **CONFLITO DE INTERESSES**

Não houve conflito de interesses.

### **LICENÇA DE USO**

© Reinaldo Lindolfo Lohn. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

### **PUBLISHER**

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

### **EDITORES**

Alex Degan

Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

### **HISTÓRICO**

Recebido em: 13 de novembro de 2020

Aprovado em: 6 de março de 2021

Como citar: LOHN, Reinaldo Lindolfo. Internacionalismo e redemocratização brasileira: as transações de cúpula da internacional socialista e as conexões entre Brasil e Portugal em 1976. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 386-406, maio/ago. 2021.

